

Distribuição Espacial e Setorial

dos Trabalhadores Desligados da Indústria Mineira, *Retornados ao Mercado de Trabalho (1990-2001) **

Ester William Ferreira

Luiz Bertolucci Júnior

Marlene Marins de Camargos Borges

*Economistas do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais - CEPES
Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia
cepes@ufu.br*

1. Introdução

A realidade do capitalismo contemporâneo, com mudanças oriundas do processo de reestruturação produtiva e da implantação do modelo neoliberal, tem levado as empresas a adotarem estratégias para o enfrentamento dessas transformações, e isto tem impactado o mundo do trabalho. Muitos estudos têm indicado que a busca da racionalização da produção, via “produção enxuta”, conjugada com os problemas conjunturais enfrentados pelo país nos últimos anos, acaba por produzir crescimento do desemprego e precarização das relações de trabalho (Diniz, 1988; Baltar, 1992; Patarra *et al*, 1997).

Aproximando-se do eixo condutor dos estudos citados, nossa análise reconhece a precarização do mundo do trabalho, sem desconsiderar os problemas conjunturais, e que esta vincula-se de forma estreita a uma lógica de modernização capitalista mundial, onde a busca da valorização do capital é dada pelas transformações nos modos e nas condições de produzir, por meio da introdução de novas tecnologias, de novos métodos e formas de organização e gestão do processo de trabalho (Eatwell, 1992). Dentro desse contexto, nossa hipótese é que também em Minas Gerais, seguindo uma lógica global, o investimento produtivo tem sido intensivo em capital e não em trabalho, e que os impactos advindos da estratégia de reestruturação nas empresas são “destrutivos” para o mercado de trabalho.

Neste sentido, a proposta é quantificar e qualificar setorial e espacialmente os deslocamentos resultantes de ajustes na indústria de Minas Gerais, acompanhando, no período 1990-2001, a mobilidade dos trabalhadores formais da indústria de Minas Gerais que foram desligados em 1990.

Por meio do acompanhamento da trajetória dos desligados em 1990, ao longo dos onze anos seguintes, verificar-se-á quanto a economia mineira, por meio de seus setores produtivos, conseguiu absorver, pela via formal, o volume de desligados, ou se Minas Gerais perdeu grande parte desses desligados para outros estados. Além disso, pretende-se identificar se a trajetória empreendida pela coorte de 1990 foi uma trajetória de sucesso ou não, se considerada a remuneração média que os trabalhadores passaram a receber nos locais e setores onde retornaram ao mercado de trabalho.

2. Aspectos Metodológicos

A base de dados utilizada é a RAIS MIGRA da Indústria – MG, no período 1990 a 2001. Esta base, fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), possibilita o acompanhamento do processo de migração dos trabalhadores que compõem uma coorte de demitidos. A migração do trabalhador de um setor para outro, ou mesmo entre localidades diferentes, resultante das informações da RAIS MIGRA, não garante, necessariamente, que houve mudança de residência intra ou intermunicipal, que seria o conceito demográfico de migração.

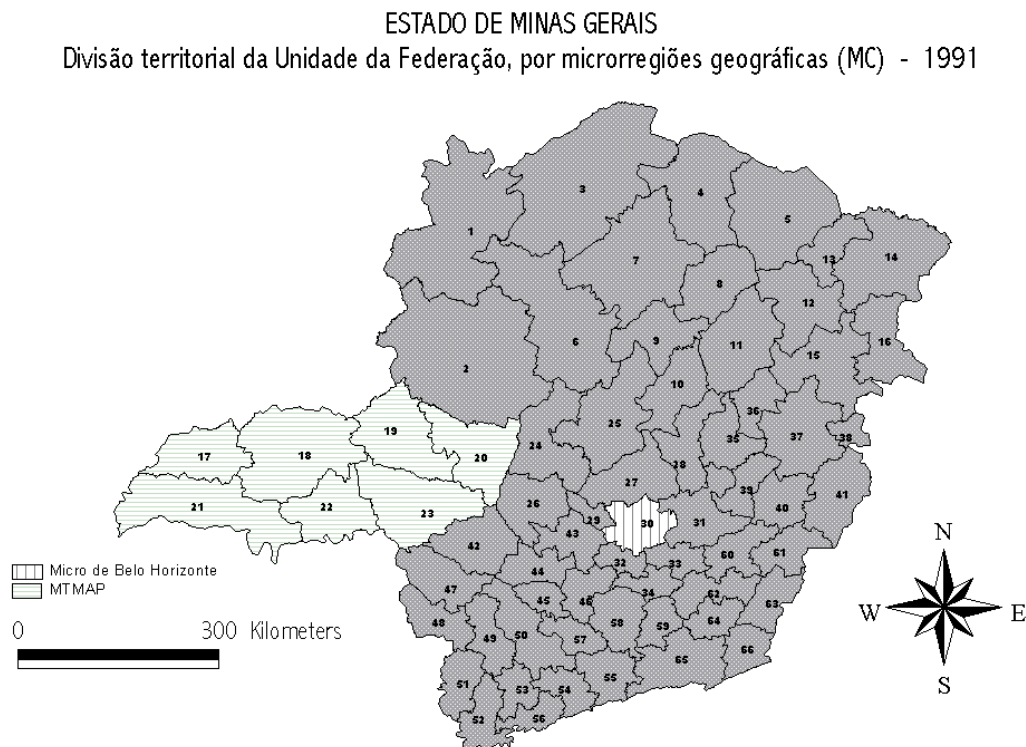
* Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Economia Política, SEP, realizado em Uberlândia-MG - Brasil, de 8 a 11 de junho de 2004.

Neste trabalho, optou-se pela obtenção dos dados referentes à mobilidade (espacial e setorial) dos desligados de 1990, e informações referentes à remuneração média antes e após o desligamento. Por mobilidade, compreendem-se os movimentos intersetores econômicos (da Indústria para Agricultura, Comércio, Serviços, Construção Civil) e entre microrregiões brasileiras.

Como a base de dados utilizada permite que se obtenha informações em nível desagregado, microrregiões, por exemplo, optou-se por considerar a distribuição de desligados e retornados a partir das 66 microrregiões componentes do Estado de Minas Gerais, conforme definição do IBGE (Figura 1)

Parte-se, portanto, das informações dos desligados (trabalhadores demitidos ou com vínculo de trabalho encerrado no ano) do setor industrial de Minas Gerais, em 1990, ano de referência de desligamento, buscando-se verificar a distribuição microrregional destes trabalhadores. Para os anos seguintes, onde se capta o retorno para o mercado de trabalho formal, tabulam-se informações para todas as microrregiões brasileiras que contaram com retornados mineiros, do ano de referência, agregando-se os resultados para as microrregiões e setores econômicos com maior participação. Os retornados são pessoas que foram recontratadas no mercado de trabalho, pelo menos em algum momento do período em análise, refazendo seu vínculo empregatício pela via formal.

FIGURA 1



FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1991 (Figura elaborada pelos autores).

A agregação dos resultados por microrregião não permite que fortes disparidades municipais sejam percebidas. No entanto, por representar áreas menores quando comparadas estas com os espaços mesorregionais (a MTMAP, Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme Figura 1, reúne sete microrregiões) ou estaduais, e nem tão detalhadas quanto municípios (o Estado de Minas Gerais conta com mais de 800 municípios), acaba por facilitar o mapeamento das regiões onde o número de retornados foi expressivo, quase sempre microrregiões componentes das Regiões Metropolitanas mais dinâmicas do País, bem como permite verificar regiões onde a remuneração média, em termos de salários mínimos, foi superior ou inferior à remuneração média anual do desligamento.

Os resultados são apresentados para as microrregiões com maior participação no total das situações de emprego: desligados e retornados, reunindo-se as demais microrregiões nas seguintes categorias: Demais microrregiões (Tabela 1), que representa as outras 41 microrregiões de MG; Demais microrregiões mineiras (43 microrregiões de MG com menor participação no número de retornados entre 1991 e 2001); Demais microrregiões paulistas (resultado que não contempla a microrregião de São Paulo - SP, com expressiva contribuição na absorção de retornados); Demais microrregiões cariocas (não contempla a microrregião do Rio de Janeiro - RJ), e Demais microrregiões brasileiras, que são as demais microrregiões, não pertencentes a MG, SP ou RJ.

A remuneração média foi obtida pelo resultado entre a massa salarial, no ano, ou seja, o total de salários pagos aos desligados ou retornados, em salários mínimos vigente, em relação ao número de trabalhadores nas duas situações.

3. Movimentos Populacionais em Minas Gerais versus Crescimento Econômico

O estudo das migrações traz várias abordagens teóricas que procuram explicar as razões que levam a população a se deslocar de uma área para outra. Não é objeto deste trabalho analisar qualquer uma dessas abordagens especificamente. Contudo, mesmo procurando fugir de uma posição determinista do ponto de vista econômico, acredita-se que, em quase todos os enfoques, o "pano de fundo" dos movimentos da população é o processo de acumulação capitalista com todos os seus desdobramentos mais diretos ou indiretos sobre a dinâmica populacional. As pessoas tendem a se deslocar em direção às áreas onde parecem existir melhores condições de vida e maiores oportunidades de trabalho, depois de não encontrá-las no seu lugar de origem e, em geral, após sofrerem fortes pressões expulsoras (Ferreira, 1998). Nesse sentido, é esclarecedora a afirmação de Martine (1992:5):

"De fato, a distribuição populacional costuma acompanhar, grosso modo, a distribuição espacial das atividades econômicas; esta determina a localização das melhores oportunidades de trabalho e, portanto, das melhores condições de renda. Como isto, por sua vez, determina as possibilidades de alcançar uma melhor qualidade de vida para a população, é normal que as migrações se dirijam, preferencialmente, para regiões de maior dinamismo econômico".

Dessa forma, o entendimento da mobilidade populacional passa pela compreensão da dinâmica econômica que impulsiona os deslocamentos da população.

O Estado de Minas Gerais ficou conhecido, durante quase todo o século XX, como um dos estados que mais perdiam população para outros estados brasileiros, especialmente para São Paulo – principal pólo industrial – e para áreas de fronteira agrícola, como Paraná e Centro-Oeste.

Sua dinâmica migratória passou a refletir mais intensivamente as conseqüências da expansão da indústria a partir dos anos 50. Segundo Carvalho (2002), o acentuado crescimento da economia brasileira nesses anos, fundamentado no desenvolvimento do setor industrial, não foi acompanhado por Minas Gerais, que, apesar de ter uma economia complementar à de São Paulo, aumentou o seu atraso relativo em relação às regiões de maior expansão industrial. Nesse contexto, o estado viu o volume de emigração aumentar em direção às grandes metrópoles. Somente na década de 60, Minas teve uma perda de 2 milhões dos seus habitantes para outros estados (o equivalente a 22% do total dos emigrantes interestaduais de todo o Brasil), sendo que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro receberam, juntos, quase 60% destes emigrantes.

A falta de capacidade de retenção da população na maioria dos municípios mineiros fez com que os saldos migratórios do estado fossem negativos durante décadas. A partir de 1970, no entanto, Minas Gerais vem apresentando diminuição da emigração e aumento da imigração, especialmente a de retorno (Carvalho *et al*, 2002).

A retomada do ritmo de crescimento da economia brasileira e também da economia mineira, na década de 70, contribuiu para o aumento da capacidade de absorção da mão-de-obra urbana no estado. O aumento na quantidade de empregos (1.478.000 nos anos 70 contra 541.000 na década de 60) e o crescimento da população economicamente ativa (PEA) à taxa de 6,1% a.a. sugerem uma maior capacidade de retenção da população. Em que pese esses resultados, cabe ressaltar que Minas, por ser um estado com

profundas desigualdades regionais, mostrou um desenvolvimento diferenciado por regiões. Nesse contexto, além da Região Metropolitana de Belo Horizonte, destacaram-se alguns centros urbanos que apresentaram aumento na absorção de imigrantes: Uberlândia e Uberaba (no Triângulo Mineiro) e algumas cidades médias do Sul de Minas – Pouso Alegre, Varginha, Lavras e Poços de Caldas (Carvalho *et al*, 2002).

Os anos 80 trouxeram alterações importantes. Minas Gerais continuou sua trajetória de diminuição gradativa da evasão populacional, mas sofreu impactos da forte recessão por que passou a economia nesses anos: o crescimento da PEA urbana reduziu-se de 6,5% a.a. para 3,1% a.a., e o PIB cresceu apenas 15,9% entre 1980-1990 (mesma taxa do PIB brasileiro) (Carvalho *et al*, 2002). Contudo, a crise econômica atingiu mais as metrópoles, como São Paulo, por exemplo, reduzindo sua capacidade de atração e contribuindo para os processos de desconcentração produtiva e redistribuição populacional.

Nesse contexto, as imigrações para Minas continuaram crescendo como na década anterior, ampliadas pela migração de retorno dos emigrantes. Entre 1981 e 1991, o estado apresentou um saldo migratório ainda negativo de 207.184, mas uma taxa líquida de migração praticamente inexpressiva de -1,4%, expressando uma perda de população gradativamente menor (Carvalho *et al*, 2002). As áreas que mais receberam população de outros estados foram as que mais se expandiram economicamente: Região Metropolitana de Belo Horizonte, Sudoeste/Sul e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Estudos com enfoque microrregional confirmam que Minas Gerais conta com áreas que ostentam a condição de receptora líquida de população, como exemplo a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que apresenta saldo migratório positivo não somente em relação ao estado de Minas Gerais, mas, também, em relação ao País, como um todo, ainda que as suas microrregiões tenham contribuído de maneira distinta para esse resultado, com destaque para a dinâmica demográfica estabelecida pela microrregião de Uberlândia (microrregião 18, conforme Figura 1) - área de maior atração populacional, tanto em termos absolutos quanto relativos, no interior da MTMAP (Bertolucci, 2001).

A década de 90 foi um marco para a economia brasileira e ainda está por ser compreendida. Em meio às profundas transformações experimentadas pela economia mundial, o Brasil passou por mudanças em seu modelo de desenvolvimento econômico, mudanças estas orientadas para promover a diminuição da intervenção do estado na economia e instituir as regras do livre mercado. "Liberalização comercial e financeira, privatização e desregulamentação dos mercados constituíram partes essenciais de uma estratégia de 'ajustamento estrutural'" (Santos, 2002:42).

Tendo em vista esse contexto, destaca-se, aqui, a redução do número de empregos como um dos problemas socioeconômicos mais discutidos no País, especialmente a redução do emprego na indústria brasileira.

A abertura da economia expôs o setor industrial a um maior nível de competição internacional, o que estimulou um processo de reestruturação e modernização ao longo da década. As alterações na estrutura produtiva e organizacional, advindas desse processo, foram, em parte, as responsáveis pelo crescimento da produtividade e, em consequência, pela redução do número de empregados nas empresas. Além disso, o baixo crescimento econômico, experimentado nos anos 90, constituiu uma dificuldade adicional para a questão do emprego na indústria (Sabóia, 2001).

Segundo Camargos Borges e Botelho (2003), entre os anos 1990 e 1999, verificou-se uma diminuição da participação relativa da indústria e uma ampliação da participação dos setores comércio e serviços na geração de empregos. Se, de um lado, foram gerados, de acordo com dados da RAIS, em torno de 1.800.000 empregos no total da estrutura produtiva brasileira, de outro, cerca de 900.000 postos de trabalho foram fechados na indústria, evidenciando que as novas vagas foram criadas nos demais setores produtivos. Entre 1999 e 2001, houve um pequeno aumento de empregos na indústria, o que, no entanto, não foi suficiente para diminuir a perda de participação relativa desse setor no processo de geração de empregos.

Ao lado da redução da quantidade de empregados na indústria, vem sendo observada, ao longo da década de 90 e nesses anos iniciais do século XXI, a tendência de diminuição da remuneração média dos trabalhadores. Conforme Camargos Borges e Botelho (2003), enquanto em 1990 essa remuneração era de 5,79 salários mínimos, em 2001 passou para 4,77, evidenciando uma queda da remuneração média de 17,62%.

No Estado de Minas Gerais, o quadro não é diferente. Também é percebida a tendência de redução da participação relativa da indústria na geração de postos de trabalho formais no total da estrutura produtiva. Em 1990, essa participação era de 23,51% e, em 2001, reduziu-se para 19,27%. No entanto, diferentemente da indústria brasileira, a indústria mineira não apresentou fechamento de postos de trabalho ao longo dos anos 90. Ao contrário, essa indústria registrou 516.256 postos de trabalho em 1990 e, em 2001, 557.614, um aumento de 8,01% (Camargos Borges e Botelho, 2003).

Quanto ao comportamento da remuneração média dos trabalhadores, a indústria em Minas Gerais também vem apresentando uma tendência de queda. Segundo dados da RAIS, no ano de 1990, a remuneração média dos trabalhadores da indústria em Minas Gerais era de 5,10 salários mínimos e no ano de 2001 passou a ser de 3,87, representando uma redução de 24,12%" (Camargos Borges e Botelho, 2003).

Sabe-se que, embora a relação migração/industrialização não seja hoje tão direta e nítida, como nos anos 60 e 70, a relação migração/emprego ainda permanece forte e complexa (Baeninger, 2003). Nesse contexto, questiona-se sobre o ritmo de absorção de trabalhadores ao longo dos anos 90. Os desligados (demitidos) em 1990 teriam sido readmitidos nos anos 90, ou grande parte deles não conseguiu estabelecer

novos contratos de trabalho e partiram para a informalidade? Se foram reabsorvidos no mercado de trabalho formal, ficaram em Minas Gerais, na própria microrregião onde trabalhavam, no setor industrial, ou foram buscar emprego em outras regiões ou em setores diferentes, por exemplo, na construção civil? E neste ambiente complexo do mundo do trabalho, onde cresce a busca por pessoas mais capacitadas, os trabalhadores readmitidos contaram com remunerações superiores às que recebiam antes ou seus rendimentos médios caíram? Estas são algumas questões que poderão ser esclarecidas a partir dos resultados apresentados a seguir.

4. Distribuição Espacial e Setorial dos Trabalhadores da Indústria de Minas Gerais

Diante de um contexto de grandes problemas conjunturais e estruturais vivenciados pela economia brasileira nas últimas décadas, considerando a realidade das transformações tecnológicas e organizacionais nas empresas, vinculadas a um processo mais geral de reestruturação produtiva, e diante dos impactos gerados por este processo sobre o mercado de trabalho, o objetivo nesta seção é mensurar a distribuição espacial e setorial dos trabalhadores formais empregados e desligados da indústria em Minas Gerais, no período de 1990-2001.

Quando se considera o número de trabalhadores desligados da indústria, em 1990¹, que retornaram ao mercado de trabalho nos anos seguintes ao ano do desligamento (1991-2001), verifica-se que, do total dos desligados (172.784), 134.070 retornaram ao mercado de trabalho formal nos anos que se seguiram ao ano do desligamento (1991-2001), significando que o número de retornados representou 77,59% dos desligados, conforme Tabela 1. Porém, do total de 134.070 trabalhadores que retornaram ao mercado de trabalho nos anos seguintes ao ano de desligamento (1991-2001), observa-se que apenas 78.940 retornaram no ano de 1991, perfazendo 58,9% do total dos retornados no período. De outro modo, verifica-se que, do total de demitidos da indústria, apenas 45,69% retornaram no ano seguinte ao desligamento, e que o restante dos trabalhadores retornaram ao longo dos anos subseqüentes (Tabela 1). Os resultados salientam que o mercado que expulsa trabalho não o absorve na mesma proporção e também mantém grande parte dos trabalhadores desligados deste mercado por um período superior a um ano, o que retrata uma das características do mercado de trabalho atual que é dada pelo aumento do tempo de desemprego.

Neste sentido, a precarização do mundo do trabalho, neste caso específico, para além de ser vista pelo lado do tempo de desemprego no mercado de trabalho formal, também pode ser vista pelo lado da renda quando se compara a remuneração média, no ano, em salários mínimos (s.m.) dos trabalhadores no período do desligamento em relação à remuneração média no ano do retorno. A tendência verificada na Tabela 1 foi de recebimento de remunerações inferiores no período de retorno em relação ao período do desligamento. Em 1990, a remuneração média dos trabalhadores desligados da indústria mineira era de 3,57 s.m., enquanto nos anos de retorno (1991-2001) as mesmas variaram entre 2,67 s.m. e 2,13 s.m., consolidando-se uma remuneração média geral de 2,44 s.m., no período, o que evidenciou uma queda nos rendimentos quando do retorno ao mercado de trabalho.

A Tabela 1 mostra ainda que 59.148 mil trabalhadores, do total de 172.784 desligados, retornaram para o setor industrial. Ou seja, apenas 34% dos demitidos foram reabsorvidos no setor de origem ao longo de onze anos, nada garantindo que tenham se mantido empregados no período todo. Os demais foram reabsorvidos por outros setores econômicos, principalmente o setor de serviços que contratou 32.053 pessoas (24% dos retornados) com remuneração média geral de 2,61 s.m., superior à média de 2,44 s.m. para o período como um todo, porém inferior à remuneração média do período do desligamento (3,57 s.m.).

O setor comercial (16.258 retornados) e a construção civil (12.974) apresentaram-se também como importantes destinos setoriais para os demitidos de 1990, sendo a construção civil, entre os dois setores, o que apresentou rendimento médio anual (2,49 s.m.) superior à média do retorno (2,44 s.m.).

¹ Conforme dados obtidos junto à base de dados RAIS, em 1990, o setor industrial em Minas Gerais contava com 24.826 estabelecimentos e 446.502 empregados formais.

TABELA 1

Trabalhadores formais desligados da Indústria/MG em 1990, que retornaram ao mercado de trabalho no período 1991-2001 segundo setor econômico e remuneração média, no ano, em salários mínimos

ANO	Agropecuária		Comércio		Construção Civil		Indústria		Outros/Ignor.		Serviços		Total Geral		
	Retor- nados	Rem. Média	Retor- nados	Rem. Média	Retor- nados	Rem. Média	Retor- nados	Rem. Média	Retor- nados	Rem. Média	Retor- nados	Rem. Média	Retor- nados	Desliga- dos = 100%	Rem. Média
Desligados da Indústria 1990													172.784	100	3,57
Retornados															
1991	1.207	1,93	8.676	2,08	6.782	2,47	39.884	2,59	5.930	2,28	16.461	2,65	78.940	45,69	2,50
% coluna	28,0		53,4		52,3		67,4		63,6		51,4		58,9		
1992	490	1,69	2.213	1,88	1.951	2,55	6.512	2,42	1.803	2,26	4.647	2,49	17.616	10,20	2,35
% coluna	11,4		13,6		15,0		11,0		19,3		14,5		13,1		
1993	337	1,49	1.416	1,85	1.070	2,12	4.360	2,14	1.307	2,11	2.947	2,34	11.437	6,62	2,13
% coluna	7,8		8,7		8,2		7,4		14,0		9,2		8,5		
1994	709	2,24	1.153	2,10	1.054	2,77	2.930	2,68	205	2,49	2.049	3,09	8.100	4,69	2,67
% coluna	16,5		7,1		8,1		5,0		2,2		6,4		6,0		
1995	484	1,69	904	2,11	621	2,42	1.873	2,30	62	2,14	1.627	2,51	5.571	3,22	2,29
% coluna	11,2		5,6		4,8		3,2		0,7		5,1		4,2		
1996	361	1,51	510	2,36	399	2,57	1.009	2,35	18	1,50	1.065	2,54	3.362	1,95	2,34
% coluna	8,4		3,1		3,1		1,7		0,2		3,3		2,5		
1997	181	1,59	430	2,54	345	2,63	874	2,41	2	2,12	956	2,91	2.788	1,61	2,58
% coluna	4,2		2,6		2,7		1,5		0,0		3,0		2,1		
1998	194	1,60	302	2,16	265	2,67	531	2,35	1	2,69	724	2,39	2.017	1,17	2,31
% coluna	4,5		1,9		2,0		0,9		0,0		2,3		1,5		
1999	118	1,59	251	2,22	188	2,63	398	2,19	1	2,94	532	2,68	1.488	0,86	2,38
% coluna	2,7		1,5		1,4		0,7		0,0		1,7		1,1		
2000	127	1,44	225	1,99	161	2,44	451	2,24		-	449	2,55	1.413	0,82	2,25
% coluna	2,9		1,4		1,2		0,8		0,0		1,4		1,1		
2001	100	1,44	178	1,72	138	2,65	326	1,86		-	596	2,46	1.338	0,77	2,16
% coluna	2,3		1,1		1,1		0,6		0,0		1,9		1,0		
Total geral	4.308	1,79	16.258	2,06	12.974	2,49	59.148	2,52	9.329	2,25	32.053	2,61	134.070	77,59	2,44

Fonte: RAIS MIGRA Indústria-MG 1990 - 2001 (Tabulações especiais Cepes/IEUFU).

O setor agropecuário confirmou-se, nos resultados, como o destino setorial de menor participação na recontração dos desligados da indústria. Absorveu apenas 4.308 pessoas, representando 3,2% dos retornados, contando com a pior remuneração média por setor, obtida pelos retornados entre 1991 e 2001, apenas 1,79 s.m. Pode-se pensar que, pelo lado daquele que demanda emprego, o trabalhador, com perfil industrial terá, como última opção de trabalho a área agrícola, preferindo se realocar no espaço urbano em áreas afins ao que executava em empregos anteriores.

Assim, a Tabela 1 mostra que, pelo lado da remuneração média, obtiveram menores perdas aqueles trabalhadores que foram recontraçados no setor de serviços, com rendimento médio de 2,61 s.m., contando com um pico de 3,09 s.m. de remuneração média, no ano de 1994, sugerindo que as perdas de renda não foram maiores devido à influência de um pequeno fôlego de crescimento econômico gerado pela implantação do Plano Real, entre os anos 1993-1995.

Os dados da Tabela 2 permitem uma avaliação do número de trabalhadores formais desligados da indústria de Minas Gerais por microrregião e também da remuneração média dos mesmos no período do desligamento. Considerando que o Estado de Minas Gerais conta com 66 microrregiões, conforme distribuição espacial apresentada na Figura 1, verifica-se que apenas 25 microrregiões foram responsáveis por 85% dos desligamentos na indústria no ano de 1990, do total dos 172.784 trabalhadores desligados da indústria mineira. As microrregiões de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Divinópolis, Uberlândia e Sete Lagoas foram responsáveis por 54,2% dos desligamentos no Estado, com destaque para a micro de Belo Horizonte que contou com uma participação de 34,1%.

No que se refere às remunerações médias no ano, em salários mínimos, observa-se que os desligados na indústria de Minas Gerais em 1990 recebiam, em média, uma remuneração de 3,57 s.m.. É importante destacar que, do total das 25 microrregiões analisadas, apenas sete (Belo Horizonte, Varginha, Ipatinga, Itabira, Para de Minas, Pirapora e Ouro Preto) se colocam como microrregiões que remuneravam os seus trabalhadores, no ano do desligamento, superior à remuneração média geral, sendo que as demais micros apresentavam remunerações abaixo da média. A microrregião de Ubá (número 64 conforme Figura 1), localizada no sudeste de Minas Gerais, próxima ao Estado do Rio de Janeiro, foi a micro que apresentou, entre as selecionadas, a pior remuneração média, 1,7 s.m..

A Tabela 2 explicita a estrutura relativa do desligamento contratual dos empregados na indústria mineira, em 1990, por microrregiões. A grande participação da microrregião de Belo Horizonte (34,1%) no número de desligados para o estado (172.784) se justifica considerando que esta micro absorve grande parte da estrutura econômica produtiva e populacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Se considerado o estoque de trabalhadores com registro em carteira, em 1990, na microrregião de Belo Horizonte (187.657 trabalhadores), o número de desligados (58.876 pessoas), ao longo do ano, representou aproximadamente 31%, segundo a RAIS MIGRA.

TABELA 2

Trabalhadores formais desligados da Indústria/MG, em 1990, segundo microrregiões de maior participação e remuneração média, em salários mínimos

Microrregiões Mineiras	Desligados da Indústria			Massa Salarial (em salários	Rem. Média
	Número	%	% acumulado		
Total	172.784	100	-	617.698,88	3,57
Belo Horizonte	58.876	34,1	34,1	248.980,16	4,23
Juiz de Fora	11.217	6,5	40,6	39.896,64	3,56
Divinópolis	10.223	5,9	46,5	30.753,27	3,01
Uberlândia	7.594	4,4	50,9	22.590,08	2,97
Sete Lagoas	5.790	3,4	54,2	16.806,30	2,90
Pouso Alegre	4.224	2,4	56,7	12.605,32	2,98
Uberaba	4.219	2,4	59,1	11.533,53	2,73
Uba	3.763	2,2	61,3	6.410,31	1,70
Pocos de Caldas	3.707	2,1	63,4	11.272,87	3,04
Varginha	3.634	2,1	65,5	16.203,99	4,46
Governador Valadares	3.107	1,8	67,3	7.840,29	2,52
Ipatinga	2.969	1,7	69,1	15.292,84	5,15
Cataguases	2.686	1,6	70,6	6.608,39	2,46
Itabira	2.605	1,5	72,1	14.761,52	5,67
Montes Claros	2.545	1,5	73,6	7.347,70	2,89
Para de Minas	2.452	1,4	75,0	9.865,74	4,02
Bocaiuva	2.249	1,3	76,3	6.308,88	2,81
Sao Sebastiao do Paraíso	2.180	1,3	77,6	4.497,80	2,06
Itajuba	2.015	1,2	78,7	6.797,18	3,37
Sao Joao Del Rei	1.954	1,1	79,9	6.752,35	3,46
Formiga	1.917	1,1	81,0	5.231,92	2,73
Pirapora	1.909	1,1	82,1	8.126,25	4,26
Ouro Preto	1.738	1,0	83,1	8.585,60	4,94
Lavras	1.670	1,0	84,1	5.904,63	3,54
Sao Lourenço	1.663	1,0	85,0	3.633,53	2,18
Demais microrregiões (41)	25.878	15,0	100,0	83.091,79	3,21

Fonte: RAIS MIGRA Indústria-MG 1990 - 2001 (Tabulações especiais Cepes/IEUFU).

4.1. Locais de retorno ao trabalho formal e remuneração média

Na análise dos locais de retorno dos desligados da indústria de Minas Gerais em 1990 ao mercado de trabalho formal, pode-se verificar, na Tabela 3 a seguir, que, tanto em 1991 quanto no período como um todo, mais de 95% retornaram ao trabalho formal na região Sudeste, onde foram desligados. Para as demais regiões, os percentuais mostraram-se pouco significativos.

Em 1991, cerca de 0,77% dos desligados retornaram ao mercado de trabalho formal na região Centro-Oeste, na região Nordeste, 0,51%, na região Sul, 0,36%, e na região Norte, 0,12%. Os resultados não são muito diferentes para o período 1991-2001: região Centro-Oeste (1,04%), Sul (0,42%), Norte (0,15%) e Nordeste (0,6%), o que sugere um certo padrão quanto aos locais de retorno dos desligados.

Dentre as Unidades da Federação (UFs) da região Sudeste e mesmo no Brasil como um todo, Minas Gerais se destacou, tanto em 1991 quanto em 1991-2001, como o estado que mais absorveu os trabalhadores que voltaram ao mercado formal de trabalho. Em 1991, cerca de 91% do total de retornados no período se concentraram nesse estado. Em 1991-2001, esse percentual é de 89,82%. Isto evidencia que, do total de desligados da indústria mineira em 1990, a maior parte retornou ao trabalho formal no próprio estado, tanto no ano seguinte ao do desligamento quanto no período analisado.

O segundo estado para onde se dirigiram os desligados foi São Paulo. Em 1991, 4,12% voltaram ao mercado de trabalho formal nesse estado. No período 1991-2001, esse percentual é de 4,52%. Em seguida, Rio de Janeiro absorveu 1,20% desses trabalhadores, em 1991, e 1,32% no período analisado. Por fim, o Espírito Santo foi o estado que apresentou a menor participação no retorno dos desligados da indústria mineira na região: 0,46%, em 1991, e 0,57% em 1991-2001.

Nas demais regiões, embora a participação dos retornados seja pequena, algumas áreas merecem destaque: Bahia, Distrito Federal, Goiás e Paraná, que registraram os percentuais de 0,34%, 0,34%, 0,30% e 0,20%, em 1991, respectivamente. Mesmo no período como um todo, esses resultados não se diferenciaram substancialmente: 0,38%, 0,43%, 0,42% e 0,24%, respectivamente.

Quanto à remuneração média, sabe-se que os trabalhadores da indústria de Minas Gerais recebiam, em 1990, em torno de 3,57 s.m. Pode-se observar, ainda na Tabela 3, que, no ano seguinte ao do desligamento, esse valor diminuiu para 2,5 s.m. e, no período 1991-2001, para 2,44 s.m., o que evidencia uma queda da remuneração média dos desligados de 1990 que retornaram ao trabalho ao longo dos onze anos analisados. Em que pese esses resultados, há que se fazer referência às diferentes remunerações alcançadas pelos desligados nas regiões e UFs para onde se dirigiram.

Na região Sudeste, para onde retornaram mais de 95% dos desligados, São Paulo foi o estado que registrou a maior remuneração média, tanto em 1991 (3,80 s.m.) quanto no período 1991-2001 (3,75 s.m.). Em seguida, está o Rio de Janeiro com 3,51 e 3,44 s.m., respectivamente. O Espírito Santo foi o terceiro estado do Sudeste onde os retornados obtiveram maior remuneração média, embora inferior à remuneração que tinham antes do desligamento: 3,16 s.m., em 1991, e 2,95 s.m. em 1991-2001. Por fim, o Estado de Minas Gerais foi o que apresentou a mais baixa remuneração, tanto em 1991 quanto no período como um todo: 2,42 e 2,34 s.m., respectivamente, devendo-se ressaltar que aproximadamente 90% dos desligados retornaram ao mercado formal de trabalho nesse estado. Isto significa que a maior parte dos trabalhadores que saíram da indústria de Minas Gerais em 1990, cuja remuneração média era de 3,57 s.m., retornaram ao trabalho formal no mesmo estado, porém, com remuneração menor, tanto no ano seguinte ao do desligamento quanto no período analisado.

Na Tabela 4, é possível conhecer as microrregiões com maior participação de retornados ao mercado formal de trabalho, bem como suas remunerações médias em 1991 e no período 1991-2001. A ênfase é dada às vinte e três microrregiões mineiras que absorveu o maior número de retornados, contando também com duas microrregiões não mineiras importantes: São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com os dados, foi possível observar que, tanto no ano seguinte ao do desligamento quanto no período como um todo, as mesmas microrregiões se destacaram como locais para onde se dirigiu o maior volume de retornados, o que sugere, como na análise das regiões e UFs, um certo padrão quanto às microrregiões de retorno dos desligados.

TABELA 3

Trabalhadores formais desligados da Indústria/MG em 1990, que retornaram ao mercado de trabalho, segundo Regiões/Estados e remuneração média, por ano, em salários mínimos, em 1991 e no período 1991-2001

Regiões e Unidades da Federação de retorno	Retornados em 1991			Retornados no período 1991-2001		
	Retornados	%	Rem.média	Retornados	%	Rem.média
Total geral	78.940	100	2,50	134.070	100	2,44
REGIÃO SUDESTE	76.118	96,43	2,49	129.035	96,24	2,42
Minas Gerais	71.552	90,64	2,42	120.423	89,82	2,34
Espírito Santo	366	0,46	3,16	770	0,57	2,95
Rio de Janeiro	948	1,20	3,51	1.776	1,32	3,44
São Paulo	3.252	4,12	3,80	6.066	4,52	3,75
REGIÃO CENTRO-OESTE	610	0,77	3,60	1.399	1,04	3,40
Mato Grosso do Sul	62	0,08	5,42	126	0,09	3,93
Mato Grosso	49	0,06	4,78	136	0,10	3,92
Goiás	233	0,30	3,01	557	0,42	2,67
Distrito Federal	266	0,34	3,47	580	0,43	3,86
REGIÃO SUL	283	0,36	4,01	557	0,42	3,67
Paraná	160	0,20	3,82	324	0,24	3,67
Santa Catarina	58	0,07	4,28	107	0,08	3,53
Rio Grande do Sul	65	0,08	4,25	126	0,09	3,78
REGIÃO NORDESTE	404	0,51	3,87	811	0,60	3,63
Maranhão	23	0,03	3,81	42	0,03	3,55
Piauí	5	0,01	2,54	16	0,01	1,87
Ceará	27	0,03	2,44	74	0,06	2,60
Rio Grande do Norte	12	0,02	4,53	23	0,02	4,76
Paraíba	7	0,01	2,90	16	0,01	2,99
Pernambuco	24	0,03	2,77	61	0,05	3,15
Alagoas	25	0,03	2,86	47	0,04	3,42
Sergipe	13	0,02	3,38	24	0,02	3,16
Bahia	268	0,34	4,26	508	0,38	3,91
REGIÃO NORTE	95	0,12	7,04	199	0,15	6,08
Rondônia	9	0,01	2,45	22	0,02	2,59
Acre	2	0,00	6,50	3	0,00	4,66
Amazonas	5	0,01	4,41	21	0,02	5,24
Roraima	0	0,00	-	2	0,00	1,94
Pará	72	0,09	7,36	127	0,09	6,75
Amapá	3	0,00	17,13	5	0,00	12,53
Tocantins	4	0,01	7,67	19	0,01	5,60
Ignorados	1.430	1,81	1,69	2.069	1,54	1,73

Fonte: RAIS MIGRA Indústria-MG 1990 - 2001 (Tabulações especiais Cepes/IEUFU).

Os trabalhadores que retornaram ao mercado formal de trabalho, em 1991, obtiveram, em média, as seguintes remunerações em cada região: Norte (7,04 s.m.), Sul (4,01 s.m.), Nordeste (3,87 s.m.), Centro-Oeste (3,60 s.m.) e Sudeste (2,49 s.m.). É importante observar que, em quase todas as regiões, a remuneração média alcançada está acima da remuneração recebida no período do desligamento (3,57 s.m.), exceto na região Sudeste, o que retrata um certo sucesso, pelo lado do rendimento, para aqueles trabalhadores que conseguiram oportunidade de trabalho fora da região de origem.

Quando são observadas as remunerações médias obtidas no período 1991-2001, percebe-se que, para todas as regiões, os valores são menores relativamente àqueles verificados em 1991, o que sugere a diminuição da remuneração dos retornados ao longo do período em análise. Mesmo considerando as UF's, praticamente todas evidenciaram o mesmo quadro, com exceção de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, na região Nordeste, e Amazonas, na região Norte, que apresentaram remuneração média no período superior à remuneração em 1991.

Do total de trabalhadores formais que foram desligados da indústria de Minas Gerais, em 1990, 36% voltaram ao mercado formal de trabalho na microrregião de Belo Horizonte em 1991. Nos onze anos em análise, esse percentual foi de 35%, aproximadamente, o que evidencia que essa microrregião foi a que absorveu o maior volume de retornados. Certamente a polarização exercida pela capital mineira e seu entorno teve papel importante nessa maior absorção de trabalhadores.

Além de Belo Horizonte, cinco microrregiões, merecem destaque por terem apresentado os maiores percentuais referentes à participação dos trabalhadores retornados, tanto em 1991 quanto no período 1991-2001: Juiz de Fora (6,33% e 5,88%, respectivamente), Divinópolis (5,99% e 5,55%), Uberlândia (3,76% e 3,94%), Sete Lagoas (2,79% e 2,72%) e Uberaba (2,6% e 2,27%). As demais microrregiões mineiras apresentaram participações menores que 2%.

O Estado de São Paulo, como já foi dito anteriormente, destacou-se como o segundo estado para onde se dirigiu a maior parte dos desligados da indústria mineira. Nesse, a microrregião de São Paulo contou com a maior participação dos trabalhadores: 1,62%, em 1991, e 1,81% no período 1991-2001. As demais microrregiões paulistas apresentaram, juntas, os seguintes resultados: 2,50% e 2,72%, respectivamente.

TABELA 4

Trabalhadores formais desligados da Indústria/MG em 1990, que retornaram, segundo microrregiões, com maior participação de retornados ao mercado de trabalho, e remuneração média, por ano, em salários mínimos, em 1991 e no período 1991-2001

Microrregiões de retorno	Retornados em 1991			Retornados no período 1991-2001		
	Número	%	Rem.média	Número	%	Rem.média
Total geral	78.940	100	2,50	134.070	100	2,44
Belo Horizonte	28.484	36,08	2,70	46.758	34,88	2,70
Juiz de Fora	4.996	6,33	2,19	7.881	5,88	2,10
Divinópolis	4.730	5,99	2,14	7.436	5,55	2,04
Uberlândia	2.965	3,76	2,39	5.286	3,94	2,30
Sete Lagoas	2.204	2,79	2,26	3.644	2,72	2,09
Uberaba	2.052	2,60	2,42	3.048	2,27	2,33
Uba	1.552	1,97	1,64	2.529	1,89	1,58
Varginha	1.439	1,82	2,57	2.559	1,91	2,31
Pouso Alegre	1.435	1,82	2,46	2.496	1,86	2,32
Pocos de Caldas	1.303	1,65	2,29	2.309	1,72	2,15
Sao Paulo - SP	1.282	1,62	4,46	2.423	1,81	4,29
Para de Minas	1.055	1,34	2,45	1.715	1,28	2,27
Governador Valadares	1.014	1,28	2,09	1.840	1,37	1,93
Montes Claros	967	1,22	1,86	1.640	1,22	1,81
Ipatinga	932	1,18	2,34	1.698	1,27	2,52
Formiga	924	1,17	2,19	1.438	1,07	2,10
Cataguases	806	1,02	2,09	1.530	1,14	1,94
Sao Sebastiao do Paraíso	760	0,96	2,17	1.397	1,04	2,00
Itabira	750	0,95	2,86	1.395	1,04	2,62
Sao Joao Del Rei	749	0,95	1,97	1.201	0,90	1,87
Bocaiuva	740	0,94	1,74	1.122	0,84	1,90
Rio de Janeiro - RJ	703	0,89	3,75	1.257	0,94	3,62
Sao Lourenco	672	0,85	1,83	1.130	0,84	1,76
Itajuba	654	0,83	2,21	1.154	0,86	2,05
Pirapora	611	0,77	2,68	989	0,74	2,39
Demais microrregiões mineiras (43)	9.758	12,36	2,23	18.228	13,60	2,07
Demais microrregiões paulistas (61)	1.970	2,50	3,38	3.643	2,72	3,39
Demais microrregiões cariocas (17)	245	0,31	2,82	519	0,39	3,00
Restante do Brasil	3.188	4,04	2,87	5.805	4,33	2,90

Fonte: RAIS MIGRA Indústria-MG 1990 - 2001 (Tabulações especiais Cepes/IEUFU).

A microrregião do Rio de Janeiro merece destaque também porque está inserida no estado que é o terceiro em participação dos trabalhadores retornados. Essa microrregião, embora com percentuais menores que a de São Paulo, foi responsável pela absorção de 0,89% dos desligados da indústria mineira que retornaram ao mercado de trabalho formal em 1991 e por 0,94% dos que retornaram no período como um todo. Nas demais microrregiões cariocas, a participação dos retornados foi de 0,31%, em 1991, e 0,39% em 1991-2001.

Quanto à remuneração média, é interessante notar que, em todas as microrregiões mineiras, os trabalhadores que foram desligados em 1990, com uma remuneração média de 3,57 s.m., retornaram ao mercado de trabalho formal com uma remuneração relativamente menor.

Na microrregião de Belo Horizonte, a remuneração média passou a ser de 2,70 s.m. em 1991 e no período 1991-2001, evidenciando uma diminuição de 24,37% em relação à remuneração em 1990, e de 36,17% relativamente à remuneração dos trabalhadores que foram desligados da indústria em Belo Horizonte, que era de 4,23 s.m. em 1990 (Tabela 2). De outro lado, se comparada com a remuneração média geral de 2,44 s.m., alcançada pelos retornados, no período em análise, a microrregião de Belo Horizonte foi a segunda com melhor remuneração em 1991, ficando atrás apenas de Itabira (2,86 s.m.), e primeira em 1991-2001, visto que a microrregião de Itabira, no período como um todo, registrou remuneração média menor (2,62 s.m.).

Todavia, além de Belo Horizonte, apenas duas microrregiões apresentaram, no período, resultados acima da remuneração média geral: Ipatinga (2,52 s.m.) e Itabira (2,62 s.m.). Nas demais, os desligados da indústria mineira em 1990, ao retornarem ao trabalho formal, passaram a receber remunerações menores que a inicial (3,57 s.m.) e, até mesmo, menores que a remuneração média geral (2,44 s.m.).

Além disso, algumas microrregiões mineiras se destacaram por apresentarem as piores remunerações médias (abaixo de 2 s.m.), tanto em 1991 quanto no período: Ubá, Montes Claros, São João Del Rei, Bocaiúva e São Lourenço. Nas demais, embora as remunerações médias tenham se mostrado acima de 2 s.m., percebe-se que os retornados, no período 1991-2001, passaram por uma diminuição em sua remuneração média. Exemplo disso é o caso dos desligados da indústria da microrregião de Itabira, que tinham, em 1990, uma remuneração média de 5,67 s.m. (Tabela 2). Em 1991, apenas um ano após o desligamento, a remuneração média dos que retornaram ao trabalho formal nessa microrregião passou para 2,86 s.m. e, no período 1991-2001, para 2,62 s.m., explicitando uma diminuição na remuneração média na ordem de 50,44% e 53,79%, respectivamente.

Na análise dos dados, foi possível verificar que as microrregiões de São Paulo e Rio de Janeiro foram as que registraram as maiores remunerações médias. Em 1991, os desligados da indústria mineira em 1990, que retornaram ao trabalho formal em São Paulo, alcançaram uma remuneração média de 4,46 s.m.. No período 1991-2001, essa remuneração foi de 4,29 s.m.. Esses valores foram superiores à remuneração média geral (2,44 s.m.) e à remuneração inicial em 1990 (3,57 s.m.). Nas demais microrregiões paulistas, embora as remunerações médias tenham sido menores que a inicial, mostraram-se maiores que a remuneração média geral e maiores que as remunerações de todas as microrregiões mineiras.

A microrregião do Rio de Janeiro apresentou remunerações médias menores que as da microrregião de São Paulo. Ainda assim, as remunerações médias de 3,75 s.m., em 1991, e de 3,62 s.m., no período como um todo, foram maiores que a remuneração recebida pelos trabalhadores no ano do desligamento (3,57 s.m.). O mesmo não ocorreu nas demais microrregiões cariocas. As remunerações médias de 2,82 s.m., em 1991, e de 3 s.m., em 1991-2001, foram relativamente menores à remuneração inicial. Contudo, ainda foram superiores à remuneração média geral.

4.2. Locais versus setores de retorno ao trabalho formal e remuneração média

Ao analisar os dados sobre o número de trabalhadores desligados da indústria em 1990, que retornaram ao mercado de trabalho formal nos anos seguintes ao ano de desligamento (1991-2001), segundo regiões e Estados, setor econômico e remuneração, é possível avaliar se a trajetória empreendida pela coorte de 1990 foi uma trajetória de sucesso ou não, quando considerada a remuneração média que os trabalhadores passaram a receber nos locais e setores de retorno.

Conforme dados apurados na Tabela 5, a seguir, observa-se que do total dos 134.070 trabalhadores desligados da indústria em 1990, que retornaram ao mercado de trabalho formal nos anos de 1991-2001, 96,24% dos trabalhadores mantiveram vínculo de trabalho na mesma região de origem (região Sudeste) e apenas 1,04% foram para a região Centro-oeste, 0,42% para a região Sul, 0,60% para a região Nordeste e, finalmente, apenas 0,15% para a região Norte. Constata-se também que, do total de retornados, 89,82% mantiveram vínculo de trabalho no estado de origem (Minas Gerais).

Porém, quando se analisa a trajetória da maioria dos trabalhadores retornados segundo remuneração média, não se pode afirmar que a trajetória empreendida pela totalidade destes trabalhadores tenha sido uma trajetória de sucesso. Ou seja, enquanto a remuneração média em salários mínimos destes trabalhadores, no período do seu desligamento, era de 3,57 s.m. (Tabela 2), os dados relacionados na Tabela 5 demonstram que as remunerações médias da maioria dos trabalhadores no período do retorno foram normalmente inferiores.

Como já foi afirmado anteriormente, a maioria dos trabalhadores que retornou ao mercado de trabalho formal (89,82%) manteve vínculo no estado de Minas Gerais, ora tido como estado de origem, e neste as remunerações médias dos retornados, independente do setor de atividade, se apresentaram inferiores quando comparadas com aquela recebida no período do desligamento.

TABELA 5

Trabalhadores formais desligados da Indústria/MG em 1990, que retornaram ao mercado de trabalho, segundo Regiões/Estados, setor econômico e remuneração média, por ano, em salários mínimos, período 1991-2001

(100% = 134.070 retornados)

Regiões e Unidades da Federação de retorno	AGROPECUÁRIA		COMÉRCIO		CONSTRUÇÃO CIVIL		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		IGNORADOS		TOTAL 1991 - 2001	
	% do Total	Rem.média	% do Total	Rem.média	% do Total	Rem.média	% do Total	Rem.média	% do Total	Rem.média	% do Total	Rem.média	% do Total	Rem.média
TOTAL BRASIL	3,21	1,79	12,13	2,06	9,68	2,49	44,12	2,52	23,91	2,61	6,96	2,25	100,00	2,44
REGIÃO SUDESTE	3,02	1,79	11,88	2,04	9,20	2,42	43,57	2,49	23,18	2,59	5,39	2,36	96,24	2,42
Minas Gerais	2,79	1,74	11,08	1,98	8,07	2,27	41,98	2,41	20,97	2,51	4,93	2,24	89,82	2,34
Espírito Santo	0,02	1,17	0,07	2,52	0,14	2,68	0,13	3,13	0,18	2,86	0,03	6,03	0,57	2,95
Rio de Janeiro	0,02	1,83	0,17	2,39	0,24	3,85	0,30	3,71	0,45	3,58	0,14	3,18	1,32	3,44
São Paulo	0,19	2,50	0,56	3,13	0,75	3,57	1,16	4,99	1,57	3,31	0,29	3,66	4,52	3,75
REGIÃO CENTRO-OESTE	0,09	2,18	0,14	2,72	0,18	2,87	0,22	4,42	0,36	3,45	0,05	4,77	1,04	3,40
Mato Grosso do Sul	0,01	1,95	0,01	3,31	0,01	2,44	0,04	5,81	0,02	2,18	0,01	2,87	0,09	3,93
Mato Grosso	0,02	2,95	0,01	2,06	0,01	3,19	0,03	5,52	0,02	2,65	0,00	12,53	0,10	3,92
Goiás	0,05	1,88	0,05	2,82	0,08	2,37	0,11	3,48	0,10	2,53	0,02	1,52	0,42	2,67
Distrito Federal	0,01	1,99	0,06	2,64	0,08	3,40	0,04	4,84	0,22	4,05	0,02	6,20	0,43	3,86
REGIÃO SUL	0,02	1,90	0,04	2,73	0,09	4,39	0,11	4,50	0,12	3,10	0,03	3,13	0,42	3,67
Paraná	0,01	1,73	0,02	2,30	0,07	4,52	0,06	4,66	0,05	2,69	0,02	3,43	0,24	3,67
Santa Catarina	0,00	2,44	0,01	4,18	0,01	2,47	0,03	3,92	0,03	3,47	0,00	1,62	0,08	3,53
Rio Grande do Sul	0,00	2,23	0,01	2,57	0,01	4,68	0,03	4,73	0,04	3,36	0,00	2,56	0,09	3,78
REGIÃO NORDESTE	0,03	1,87	0,05	3,18	0,16	4,46	0,13	3,92	0,16	3,20	0,06	3,24	0,60	3,63
Maranhão	0,00	1,00	0,00	1,85	0,01	4,82	0,01	2,96	0,01	3,58	0,01	4,66	0,03	3,55
Piauí	0,00	1,39	0,00	1,60	0,00	1,97	0,00	0,39	0,00	2,09	0,00	2,41	0,01	1,87
Ceará	0,00	-	0,01	2,14	0,02	2,26	0,01	3,18	0,01	2,91	0,00	1,56	0,06	2,60
Rio Grande do Norte	0,00	2,49	0,00	8,98	0,00	1,39	0,01	3,62	0,00	5,22	0,00	-	0,02	4,76
Paraíba	0,00	-	0,00	3,71	0,00	-	0,01	2,47	0,00	3,25	0,00	-	0,01	2,99
Pernambuco	0,00	3,11	0,00	5,09	0,01	2,71	0,02	2,67	0,01	3,49	0,00	1,69	0,05	3,15
Alagoas	0,00	3,33	0,00	11,69	0,00	1,86	0,01	2,54	0,01	3,87	0,01	3,58	0,04	3,42
Sergipe	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,01	-	0,00	-	0,02	-
Bahia	0,02	1,61	0,03	2,26	0,12	5,21	0,07	4,66	0,10	3,06	0,04	3,22	0,38	3,91
REGIÃO NORTE	0,01	2,41	0,01	2,59	0,01	4,07	0,05	9,69	0,05	4,20	0,02	5,91	0,15	6,08
Rondônia	0,00	1,41	0,00	1,43	0,00	-	0,01	2,51	0,01	3,98	0,00	1,50	0,02	2,59
Acre	0,00	1,00	0,00	-	0,00	4,99	0,00	8,00	0,00	-	0,00	-	0,00	4,66
Amazonas	0,00	-	0,00	2,46	0,00	4,04	0,01	7,38	0,00	4,01	0,00	-	0,02	5,24
Roraima	0,00	1,93	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	1,94	0,00	-	0,00	1,94
Pará	0,00	1,50	0,00	3,67	0,01	4,49	0,03	11,15	0,03	4,09	0,02	5,75	0,09	6,75
Amapá	0,00	-	0,00	-	0,00	1,50	0,00	15,29	0,00	-	0,00	-	0,00	12,53
Tocantins	0,00	4,31	0,00	1,16	0,00	2,47	0,00	5,50	0,00	5,79	0,00	9,03	0,01	5,60
Ignorados	0,04	1,42	0,00	3,22	0,03	3,50	0,02	3,73	0,04	2,46	1,41	1,65	1,54	1,73

Fonte: RAIS MIGRA Indústria-MG 1990 - 2001 (Tabulações especiais Cepes/IEUFU).

Dentro da Região Sudeste, com exceção apenas do Estado de São Paulo, a trajetória dos trabalhadores também se mostrou precarizada em decorrência das remunerações médias de retorno inferiores. Porém, mesmo considerando ser pequena a parcela de trabalhadores que retornou ao mercado de trabalho em outras regiões ou estados do País, não se pode negar que quando a opção de vínculo de trabalho se deu em outras regiões ou estados, em vários lugares as remunerações médias se mostraram superiores àquelas do Estado de Minas Gerais e também superiores à remuneração média recebida no período do desligamento, com destaque para o Estado de São Paulo e para as regiões Sul, Nordeste e Norte do País (3,75 s.m., 3,67 s.m., 3,63s.m. e 6,08 s.m., respectivamente). Nestes casos, embora os dados sejam referentes a uma minoria dos trabalhadores, em regiões e estados específicos, pode-se considerar, pelo lado das remunerações que muitos destes trabalhadores tiveram uma trajetória de sucesso ao se deslocar da área geográfica de origem.

Os dados constantes na Tabela 6 permitem uma análise dos trabalhadores desvinculados da indústria em 1990, que retornaram ao mercado de trabalho formal nos anos seguintes (1991-2001), segundo microrregião, setor econômico e remuneração média em salários mínimos.

Considerando a remuneração média de 3,57 s.m. dos trabalhadores no ano do desligamento em relação à remuneração média total dos retornados no período de 1991-2001 (2,44 s.m.) e também em relação à remuneração média total por setor de atividade, verifica-se que houve uma queda das mesmas quando do retorno ao mercado de trabalho. Embora seja necessário se ater para o fato de que o número de trabalhadores desligados da indústria, que retornam ao mercado de trabalho com vínculo nos setores agropecuário, comércio e construção civil, seja bastante inferior quando comparado com a quantidade de trabalhadores que retornaram para o setor industrial e setor de serviços, não se pode negar que a maior queda das remunerações se deu para aqueles trabalhadores. Ou seja, enquanto nos setores agropecuário, comércio e construção civil as remunerações foram de 1,79 s.m., 2,06 s.m. e 2,49 s.m., respectivamente, nos setores da indústria e serviços, mesmo tendo sido inferiores àquela recebida no desligamento, as remunerações foram superiores à média geral (2,52 s.m. e 2,61s.m., respectivamente). Daí, pode-se afirmar que, pelo lado dos rendimentos, os trabalhadores retornam em piores condições de trabalho, independente do setor de atividade. Contudo, em termos relativos, em alguns setores a precarização é ainda maior.

Quando são analisados os dados sobre o número dos desligados e retornados por microrregião, verifica-se que a maior parte dos trabalhadores retornou para a micro de origem, com exceção apenas das microrregiões de Ipatinga, Itabira e Bocaiúva (ver Tabela 6). A microrregião de Belo Horizonte destaca-se como sendo a micro que mais absorveu os trabalhadores desligados da indústria em Minas Gerais, com uma participação de 34,88%. Destes, apenas 66,89% são desligados que retornaram para a mesma localidade, ou seja, a micro de Belo Horizonte. A absorção dos retornados se dá, basicamente, para as microrregiões mineiras, embora seja necessário destacar a importância da micro de São Paulo e Rio de Janeiro como também absorvedoras de parcela destes trabalhadores no seu retorno ao mercado de trabalho.

TABELA 6

Trabalhadores formais desligados da Indústria/MG em 1990, que retornaram ao mercado de trabalho, segundo microrregiões com maior participação no retorno, setor econômico e remuneração média, por ano, em salários mínimos, período 1991-2001

(100% = 134.070 retornados)

Microrregiões de retorno	AGROPECUÁRIA		COMÉRCIO		CONSTRUÇÃO CIVIL		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		IGNORADOS		TOTAL 1991 - 2001		% dos desligados/90 que retornaram, no período, na mesma localidade
	% do Total	Rem. Média	% do Total	Rem. Média	% do Total	Rem. Média	% do Total	Rem. Média	% do Total	Rem. Média	% do Total	Rem. Média	% do Total	Rem. Média	
Total geral	3,21	1,79	12,13	2,06	9,68	2,49	44,12	2,52	23,91	2,61	6,96	2,25	100,00	2,44	-
Belo Horizonte	0,16	1,97	4,74	2,21	4,50	2,45	12,65	2,89	10,67	2,86	2,16	2,51	34,88	2,70	66,89
Juiz de Fora	0,08	1,51	0,73	1,87	0,37	2,20	3,29	2,15	1,17	2,15	0,24	1,95	5,88	2,10	66,02
Divinópolis	0,08	1,81	0,48	1,83	0,23	2,24	3,74	2,04	0,74	2,09	0,26	2,21	5,55	2,04	67,10
Uberlândia	0,21	2,16	0,61	2,20	0,33	2,41	1,75	2,33	0,88	2,36	0,17	2,05	3,94	2,30	62,44
Sete Lagoas	0,08	1,42	0,33	1,78	0,11	1,71	1,49	2,22	0,47	1,99	0,23	2,34	2,72	2,09	55,20
Uberaba	0,05	2,11	0,26	2,09	0,23	1,86	1,19	2,56	0,38	2,12	0,16	2,23	2,27	2,33	66,46
Varginha	0,16	1,30	0,21	1,86	0,12	2,26	0,86	2,62	0,45	2,35	0,10	2,10	1,91	2,31	61,70
Uba	0,05	1,16	0,18	1,50	0,10	1,44	1,31	1,59	0,19	1,70	0,06	1,65	1,89	1,58	62,96
Pouso Alegre	0,02	2,55	0,21	1,73	0,11	2,06	1,05	2,44	0,42	2,44	0,06	1,79	1,86	2,32	55,11
São Paulo - SP	0,00	0,92	0,24	3,59	0,46	3,55	0,42	5,28	0,56	4,38	0,12	4,84	1,81	4,29	-
Poços de Caldas	0,07	1,56	0,22	1,60	0,12	2,20	0,92	2,26	0,33	2,30	0,07	2,10	1,72	2,15	59,27
Governador Valadares	0,02	1,25	0,23	1,69	0,10	1,77	0,70	1,98	0,25	2,14	0,07	1,90	1,37	1,93	54,20
Pará de Minas	0,10	1,95	0,11	1,76	0,05	2,06	0,71	2,59	0,21	1,82	0,09	1,95	1,28	2,27	59,38
Ipatinga	0,02	1,46	0,22	2,09	0,18	2,88	0,43	2,43	0,35	2,87	0,07	2,15	1,27	2,52	45,13
Montes Claros	0,04	1,59	0,16	1,64	0,11	1,43	0,61	1,95	0,24	1,85	0,07	1,51	1,22	1,81	54,70
Cataguases	0,03	1,20	0,16	2,13	0,09	1,56	0,58	2,07	0,24	1,75	0,04	1,71	1,14	1,94	52,61
Formiga	0,03	1,58	0,07	1,63	0,06	1,63	0,73	2,20	0,15	2,26	0,04	1,49	1,07	2,10	66,46
Sao Sebastiao do Paraiso	0,16	2,47	0,10	1,38	0,03	1,66	0,53	1,97	0,16	2,22	0,07	1,67	1,04	2,00	58,90
Itabira	0,04	1,56	0,12	1,81	0,10	2,03	0,33	2,96	0,33	2,49	0,11	3,81	1,04	2,62	40,27
Rio de Janeiro - RJ	0,00	1,78	0,12	2,54	0,19	3,52	0,17	4,29	0,34	3,79	0,11	3,43	0,94	3,62	-
Patrocínio	0,16	1,67	0,06	2,01	0,03	1,56	0,53	1,47	0,07	2,10	0,06	1,23	0,91	1,58	70,13
São João Del Rei	0,01	1,06	0,10	1,63	0,07	1,54	0,55	2,00	0,12	1,82	0,05	1,61	0,90	1,87	57,06
Itajubá	0,02	1,24	0,16	1,77	0,04	1,81	0,43	2,38	0,19	1,74	0,02	1,74	0,86	2,05	53,80
Sao Lourenco	0,04	1,32	0,07	1,49	0,06	1,69	0,49	1,87	0,12	1,79	0,06	1,46	0,84	1,76	62,84
Bocaiúva	0,04	2,60	0,01	1,21	0,00	3,87	0,64	1,85	0,13	2,01	0,01	1,52	0,84	1,90	45,53
Demais microrregiões mineiras (43)	1,14	1,66	1,54	1,65	0,93	2,00	6,47	2,36	2,72	2,09	0,63	1,84	13,42	2,12	-
Demais microrregiões paulistas (61)	0,18	2,54	0,32	2,77	0,29	3,60	0,74	4,83	1,01	2,72	0,17	2,80	2,72	3,39	-
Demais microrregiões cariocas (17)	0,01	1,84	0,05	2,06	0,05	5,06	0,13	2,93	0,11	2,93	0,03	2,23	0,39	3,00	-
Restante do Brasil	0,04	2,60	0,01	1,21	0,00	3,87	0,64	1,85	0,13	2,01	0,01	1,52	0,84	1,90	-

Fonte: RAIS MIGRA Indústria-MG 1990 - 2001 (Tabulações especiais Cepes/IEUFU).

5. Considerações Finais

O estudo mostrou que a economia mineira, ao longo do período 1991-2001, não conseguiu absorver a totalidade dos trabalhadores desligados da indústria, em 1990. Os resultados salientam que o mercado que expulsa trabalho não o absorve na mesma proporção e, também, mantém grande parte dos trabalhadores desligados deste mercado por um período superior a um ano, o que retrata uma das características do mercado de trabalho atual que é dada pelo aumento do tempo de desemprego.

Pelo lado da remuneração média, a tendência verificada foi de manutenção de remunerações inferiores no período do retorno em relação ao que se recebia, em média, no ano do desligamento. Obtiveram menores perdas aqueles trabalhadores retornados que foram recontratados pelo mesmo setor, a indústria, ou aqueles que foram contratados no setor serviços, sugerindo que as perdas de renda não foram maiores, devido a influência de um pequeno fôlego de crescimento econômico gerado pela implantação do Plano Real, entre os anos 1993-1995.

As microrregiões de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Divinópolis, Uberlândia e Sete Lagoas contaram com maior participação no total de desligamentos no Estado, com destaque para a microrregião de Belo Horizonte, espaço regional de maior concentração industrial do estado.

Observou-se que a maior parte dos retornados concentrou-se na Região Sudeste, majoritariamente, em Minas Gerais. Com menores participações, contam os estados de São Paulo e Rio de Janeiro que também empregaram significativo contingente de retornados. Quanto à remuneração média, Minas Gerais foi o estado onde os retornados alcançaram a menor média salarial.

Ficou evidente que aqueles que se realocaram no mercado de trabalho em MG, considerando as microrregiões componentes do Estado, independente do setor de atividade, contaram com queda na remuneração média, denotando, portanto, a precarização do mercado de trabalho. Uma minoria de trabalhadores destoa deste padrão, pelo lado da remuneração, quando sua trajetória de retorno se dá em outros estados.

Pode-se afirmar que, considerando os rendimentos, a maioria dos trabalhadores retornou em piores condições de trabalho, independente do setor de atividade, mas em termos relativos, alguns setores impuseram maior precarização ao trabalhador com vínculo empregatício.

Assim, a economia brasileira, na atualidade, ritmada pela opção de políticas focalizadas principalmente na estabilidade econômica, pode sofrer com o agravamento da precarização do mercado de trabalho, desconforto este que, somado às altas taxas de desemprego e informalização do trabalhador, poderá desaguar em maior acirramento das diferenças regionais, promovendo o retorno de acentuados movimentos migratórios, inclusive de longa distância, experimentados em décadas passadas, quando expressivo número de desempregados ou subempregados se dirigiam para os grandes centros urbanos do País, em busca de melhores condições de emprego e salários.

Referências

- BAENINGER, R. 2003. São Paulo e suas migrações no final do século XX: notas preliminares a partir do Censo 2000. In: III Encontro Nacional sobre Migrações e Encontro Transdisciplinar sobre Espaço e População, Campinas: novembro de 2003. *Anais...*, ABEP.
- BALTAR, Paulo E. Andrade. 1992. Estagnação da Economia, Abertura e Crise do Emprego Urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*. N. 1, ago. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia. IE.
- BERTOLUCCI, Jr. Luiz. 2001. As migrações na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG. (Dissertação de Mestrado).
- CAMARGOS BORGES, M. M. e BOTELHO, M. R. A. 2003. Impactos sobre emprego e salários da migração de trabalhadores: o caso da indústria de Minas Gerais no período recente. In: VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, São Paulo, outubro de 2003. *Anais...*, ABET.
- CARVALHO, J. A. M. de, BRITO, F., RIBEIRO, J.T.L., RIGOTTI, J. I. R. 2002. Minas Gerais: nova região de atração populacional? In: *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira - 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982-2002*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, v.3. p.239-262.
- IBGE. Censo Demográfico de 1991. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, Rio de Janeiro.
- DINIZ, Clélio Campolina. 2002. Minas Gerais na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil: Alterações recentes e perspectivas. In: *20 Anos do Seminário sobre a Economia Mineira - 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982-2002*. 4 v. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar.
- EATWELL, John. 1992. Desemprego em Escala Mundial. *Economia e Sociedade*. N. 1, ago. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia. IE.
- FERREIRA, E.W. 1998. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: características dos fluxos imigratórios (1980-1991). Uberlândia: Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. (Dissertação de Mestrado).
- MARTINE, G. 1992. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. Brasília: ISPN, *Documentos de Trabalho*, 11.
- PATARRA, Neide et all. org. 1997. *Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas, SP: Unicamp, IE.
- RAIS MIGRA Indústria -MG, Ministério do Trabalho, 1990-2001.
- RIGOTTI, J. I. R. e AMORIM FILHO, O. B. 2002. Aspectos demográficos do espaço mineiro. In: *Minas Gerais do Século XXI*. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora. v. 2. pp.93-124.
- SABÓIA, J. 2001. Emprego industrial no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro. *Revista de Economia Contemporânea*, vol.5 (especial). Rio de Janeiro.
- SANTOS, F. B. T. 2002. A construção econômica recente. In: *Minas Gerais do Século XXI*. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora. v. 1. pp.42-53.

Resumo: O artigo objetiva mapear a distribuição espacial e setorial dos trabalhadores formais empregados ou desligados da Indústria do Estado de Minas Gerais, no período 1990-2001. Procurar-se-á identificar a origem geográfica dos trabalhadores, bem como o destino setorial e geográfico dos desligados que retornaram ao mercado formal de trabalho (trabalhadores retornados) nos anos seguintes ao desligamento. Busca-se verificar se a economia mineira, através de seus setores produtivos, consegue absorver o volume de desligados no ano de 1990, pela via formal, ou se Minas Gerais perde grande parte destes desligados para outros estados. Os resultados podem mostrar as regiões com maior dinamismo no que se refere à absorção de retornados, bem como se este retorno ao trabalho formal representa, se considerada a remuneração média, uma trajetória de sucesso ou de precarização salarial.

Palavras-chave: trabalhador industrial; indústria mineira; trabalho formal.

Códigos JEL: J6; J60

Abstract: This article purposes to make a map of the spacial and sectorial distribution of formal workers, employees or disengaged from Minas Gerais'Industry, between 1990-2001. It'll identify the geografic origin of the workers, as well the setorial and geografic destination of the disengaged ones who have returned to the formal market-work (returned workers) in the following years to the disengagement. It seeks to verify if the economy in Minas Gerais, through of its productives sectors, is able to absorb the volume of disengaged employees in 1990, by formal mode, or if Minas Gerais looses a big part of these disengaged ones to others states. The results can show the most dynamics regions concerning to the absorption of returned employees, as well if this returning to the formal work represents, if it's considered the mean salary, a successful trajetory or a breaking down salary.

Key-words: industrial workers; industry of Minas Gerais; formal work.

JEL Codes: J6; J60